

Semana decisiva para o anuênio

Prazo de adesão termina, mas trabalhadores que não aceitarem a proposta de compra feita pela Cemig não poderão ser punidos

A poucos dias do prazo final para aderir à proposta de venda de anuênio, a Cemig ainda não demonstrou como fez os cálculos do montante. O coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia, destaca que a Cemig adiou o prazo de adesão, mas não tirou dúvidas sobre a proposta. Correia ressalta que o anuênio é uma conquista do trabalhador e que o ACT/2005 garante a livre adesão à venda do direito. Para retirar esta prerrogativa e forçar o empregado a aderir à proposta de venda, a empresa teria que negociar a mudança com a categoria na próxima Campanha Salarial ou levar a questão para dissídio coletivo.

“Pelos números apresentados pela Cemig, ao optar pela venda do anuênio o trabalhador abre mão de muitos direitos que vão além de aumento real ou prazo para se aposentar. Por isso continuamos achando que a venda é um péssimo



Setoriais sobre o anuênio têm grande participação da categoria

negócio e que o trabalhador não deve e nem precisa aderir à proposta da empresa. Além disso, é preciso lem-

brar que a venda do anuênio é irreversível. Só tem caminho de ida, sem volta”, ressalta Marcelo Correia.

Novos trabalhadores têm direito preservado

A compra do anuênio pela Cemig não vai gerar prejuízos para os trabalhadores recém-contratados e nem para os que serão admitidos no futuro. Ou seja, todos os eletricitários que foram admitidos pelo último concurso público e os que poderão vir a ser contratados têm a garantia do direito ao adicional por tempo de serviço conforme

as cláusulas 30ª e 40ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2005/2006.

Segundo esclarece a assessora Jurídica do Sindieletro, Rosângela Carvalho, a manutenção ou o fim do anuênio para os novos e futuros trabalhadores estavam condicionados à retirada da Justiça da Ação Civil Pública 61/03 que questiona a legalidade das terceirizações

na empresa, com a consequente assinatura de um acordo no Ministério Público do Trabalho entre Sindieletro e Cemig para a primarização das atividades-fim. Ela cita que as letras “c” e “d” da cláusula 40ª do ACT 2005/2006, determinam que o fim do anuênio para os novos contratados só terá plena validade se a Ação Civil fosse retirada da Justiça no prazo de 120 dias após a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho.

“Este prazo se encerrou em março deste ano e como não houve acordo para a plena validade da Cláusula 40ª, permanece o direito de recebimento do anuênio para todos os trabalhadores que foram recentemente contratados e os eventuais trabalhadores admitidos pela empresa”, ressalta Rosângela Carvalho.

Veja o que o ACT diz sobre o anuênio

Cláusula 30ª

Anuênio – Adicional por Tempo de Serviço

A Cemig paga Adicional por Tempo de Serviço correspondente a 1,00% (um inteiro por cento) do salário-base mensal por ano completo de efetivos serviços prestados à mesma, pago a partir do 1º (primeiro) ano e observado o limite de 35 (trinta e cinco) anos.

Parágrafo Primeiro– Para efeito de apuração do Anuênio é considerado tempo de serviço aquele computado para os fins de indenização.

Cláusula 40ª

Primarização e Terceirização

A Cemig realizará Concurso Público visando a Primarização nos termos consensados pelo GT – Primarização e Terceirização, sendo que:

a) a partir de 2006, anualmente, por um período de 5 (cinco) anos, promoverá a contratação de 3,0 % (três inteiros por cento) do seu quadro de pessoal vigente em 31 de dezembro do ano anterior;

b) as novas contratações de pessoal efetuadas pela Cemig, a partir da assinatura deste Acordo Coletivo de Trabalho, não farão jus à percepção do Adicional por Tempo de Serviço – Anuênio;

c) para plena validade desta Cláusula Quadragésima, será obrigatória a aceitação dos seus termos pelo Ministério Público do Trabalho – MPT, estimando-se em 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura deste Acordo Coletivo de Trabalho, o prazo para retirada da Ação Civil Pública 61/03;

d) caso não haja aceitação pelo MPT dos termos contidos nesta Cláusula Quadragésima, eventuais contratações de pessoal efetivadas pela Cemig, a partir da assinatura deste Acordo Coletivo de Trabalho, farão jus à percepção do Adicional por Tempo de Serviço – Anuênio, desde a data de sua admissão.

Cláusula 81ª

Futuros Direitos Referentes ao Adicional por Tempo de Serviço – Anuênio

A Cemig, até 31 (trinta e um) de março de 2006, divulgará através da Superintendência de Recursos Humanos – RH, os critérios para aquisição, por livre adesão dos Empregados, dos futuros direitos referentes ao Adicional por Tempo de Serviço – Anuênio, objeto da Cláusula Trigésima, deste Acordo Coletivo, a que fazem jus seus atuais Empregados.

Parágrafo Único– Para aqueles Empregados que livremente concordarem, formalmente, com a aquisição dos futuros direitos referentes ao Adicional por Tempo de Serviço – Anuênio, não se aplicarão, a partir da adesão, quaisquer termos de Cláusula do ACT que trate deste Adicional, bem como seus reflexos.

Sindieletro tem novo coordenador-geral

No último dia 12, o Conselho Deliberativo do Sindieletro elegeu Wilian Vagner Moreira o novo coordenador-geral do sindicato para o mandato 2006/2009. Wilian, 29 anos, foi diretor da Regional Triângulo em 2000, depois foi transferido para o COD Norte e lá coordenou a Regional Norte, no ano de 2002. Em 2004 ele assumiu a Secretaria de Políticas Sindicais do sindicato, em BH e desde 2005 coordena a Regional Metalúrgica. No dia 1º de junho Wilian toma posse com os demais integrantes da nova diretoria eleita.

Foi aprovada a manutenção das Secretarias de Gênero e Raça, Formação, Comunicação, Cultura, Aposentados e a criação da Secretaria de Previdência Complementar. Também foram definidas as diretrizes para a atuação sindical em relação às Secretarias. As ações serão planejadas na próxima reunião do Conselho, em junho.

A gestão 2006/2009 inicia com grandes desafios nas relações com a Cemig e diante da conjuntura política e econômica do país. Para o assessor de Formação do Sindieletro, José Luiz



Wilian Vagner (centro) na reunião do Conselho do dia 12/05

Fazzi, o principal desafio será o enfrentamento à política de relações sindicais da empresa. Ele acrescenta ser fundamental o sindicato ampliar o trabalho de formação com a categoria e discutir mais com a sociedade questões como as tarifas, distribuição de renda e reforma agrária, dentre outros temas. “É preciso ainda aumentar o nível de organização e politização dos trabalhadores e fortalecer o poder de decisão das regionais”, destaca.

Eleições na Forluz Votação com prazo curto

No último dia 8 a Forluz começou a enviar para os trabalhadores ativos e aposentados, via malote e via Correios, respectivamente, o material da eleição para a DRP e Conselhos. Os participantes aposentados recebem o material – constituído da cédula de votação, sobrecarta personalizada com as instruções e envelope para retorno do voto com o endereço da Forluz – a partir desta semana.

Participar desta eleição é fundamental para a garantia de que hoje e sempre os eletricitários ativos e aposentados continuem com uma aposentadoria digna. Contudo, para o seu voto

ter validade, é muito importante que o material de votação chegue à Forluz o mais rápido possível, porque o prazo da votação se encerra às 17 horas do dia 02 de junho e os Correios demoram, no mínimo, cinco dias para entregar as correspondências.

Por entender que para representar os trabalhadores ativos e aposentados na Forluz é preciso nomes com experiência, competência e compromisso irrestrito com a defesa dos interesses coletivos da categoria, o Sindieletro, juntamente com a AEA e o Senge, apóia a Chapa 1 para a DRP e a também Chapa 1 para os Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Conjuntura
Bruno Reis, professor de Ciências Políticas da UFMG, e Maria de Fátima Lage Guerra, coordenadora do Dieese em Minas Gerais, debateram na reunião do Conselho sobre a atual conjuntura política e econômica. Segundo Bruno, o presidente Lula soube se posicionar bem sobre a crise política, obtendo respaldo dos movimentos sociais e identificação da camada mais pobre da população. Contudo, disse, se reeleito, ele vai continuar enfrentando os ataques da oposição, tendo que ampliar as alianças.

Em relação ao cenário econômico, Maria de Fátima avaliou que o grande ponto positivo do governo é o controle da inflação, que em 2002 era de 12,5% e em 2005 caiu para 5,69%. A política econômica do governo, afirmou a economista, apresenta outros pontos positivos, como a queda na taxa de desemprego – na Grande BH a taxa caiu de 19,3% em 2002 para 16,7% em 2005, e no país foram gerados 1.246 milhões de postos de trabalho. Melhorou também o saldo da balança comercial (em 2002 era de U\$ 13,2 bilhões e no ano passado foi de U\$ 44,5 bilhões). No entanto, ainda é preciso elevar a distribuição de renda.

FALA TRABALHADOR

Vender o anuênio é um bom negócio?

Fotos: Benedito Maia



Não. Vender o anuênio significa a perda de um direito adquirido. Ao contrário disso, a Cemig teria que ter apresentado uma proposta que valorizasse os trabalhadores. Inicialmente, o pessoal estava cheio de dúvidas. Agora a empresa divulgou as regras, mas há pontos que eu ainda não entendi, como o Valor Presente, por exemplo. Não sei como este cálculo foi feito. Pode ser que para os trabalhadores que estão querendo se desligar da empresa, isso seja uma boa opção. Para mim que tenho 15 anos de casa, não compensa mesmo. Além disso, nem sempre o valor recebido é suficiente para fazer algum tipo de investimento. O fato é que a Cemig tem trabalhado para suprimir os direitos da categoria. Isso faz com que a empresa adquira um perfil de instituição privada. Neste momento precisamos ter consciência política e tomar uma postura junto com o Sindieletro. Afinal de contas, pode ser que os trabalhadores que não aceitem a proposta sejam prejudicados pela empresa futuramente.

Lucinei Timóteo Pereira, Técnico Químico, Laboratório de Físico-Química – Quarteirão 14



Eu ainda não decidi se vou vender ou não o meu anuênio porque estou aguardando melhorias na proposta que a Cemig apresentou. Da maneira como está sendo conduzida, a venda poderá ocasionar perdas aos trabalhadores e a empresa irá lucrar às nossas custas. Tudo está sendo muito mal negociado. Tenho 18 anos de casa e penso que vender o benefício será negativo para mim. Os colegas devem pensar bem e, caso aceitem, devem encontrar formas rentáveis de aplicar esse dinheiro. Acho que ainda falta esclarecimento em torno da questão e o pessoal está esperando por mais informações. O Sindieletro tem ajudado muito no debate sobre a venda, apesar de a Cemig não estar disposta a conversar com os dirigentes sindicais. Uma prova disso são os atos de violência que aconteceram na Sede neste mês. Falta comunicação.

Clóvis Eustáquio de Oliveira, Técnico de Distribuição, DC/CM – Anel Rodoviário



Creio que para a maioria dos trabalhadores, vender o anuênio não é um bom negócio. No meu caso específico, que já tenho garantidos 26 anuênios, a indenização proposta é atrativa e penso até em aceitar. Mas a Cemig tem que melhorar as condições para a venda. Os empregados com menos tempo de casa devem avaliar bem a proposta feita pela empresa, pois futuramente o benefício pode fazer muita falta na folha de pagamento. Com esse dinheiro, eu poderia até pagar uma faculdade para um filho, dar mais conforto para a minha família. Mas para muitas pessoas, o montante a receber não resolve nada. Vejam bem o que vocês estão fazendo.

João Batista Hermisdorff, Técnico de Expansão, DC/EC – Itambé

Cemig dá super poderes à Odebrecht

Construtora interfere na gestão de pessoal da Cemig a ponto de influenciar na punição de empregado do quadro próprio, quarteiriza o serviço para o qual foi contratada e comete erros graves na rede

As denúncias em relação à Construtora Odebrecht se multiplicam com o passar do tempo. Primeiro foi a quarteirização do serviço do Programa Luz para Todos, com a subcontratação de pequenas empreiteiras que não pagam os direitos trabalhistas, utilizam equipes de trabalho totalmente despreparadas e oferecem péssimo atendimento aos consumidores. A denúncia foi feita e a Cemig fez vista grossa.

Como tem grande influência, a Odebrecht agora está interferindo até mesmo na gestão de pessoal da Cemig. De acordo com o coordenador da Regional Norte do Sindieleto, Lúcio Parrela, a construtora demonstrou ter força suficiente para demitir um trabalhador da Cemig. Ele contou que, recentemente, um funcionário da

construtora persuadiu uma consumidora a reclamar de um empregado da Cemig de Montes Claros à direção da empresa. Foi montada uma comissão para apurar a denúncia, por incrível que pareça, composta por dois representantes da Odebrecht e apenas um da Cemig. A comissão concluiu que as denúncias procediam, o que levou à demissão do trabalhador.

Inconsistência

O Sindieleto conseguiu reverter a decisão após comprovar a inconsistência na denúncia e na apuração dos fatos. A própria consumidora declarou para o Sindieleto que o funcionário da Odebrecht havia “incentivado” a denúncia, chegando, inclusive, a pressioná-la. “Por coincidência, esse empregado da Cemig reprovou recen-

temente a entrega de obras da Construtora. Revertemos a demissão, mas mesmo assim a gerência suspendeu o funcionário por 29 dias e o transferiu de cidade”, revelou. Lúcio acusa a gerência de “agir de forma conivente com a interferência política e irregularidades cometidas”.

A assessoria de imprensa da Odebrecht afirmou que “é totalmente fora de propósito a acusação feita a nosso funcionário de ter induzido a reclamação de assédio sexual. A Cemig recebeu a reclamação e coube a ela as avaliações das medidas apropriadas”.

Erros sem punição

Ao que parece, a Cemig é severa só na hora de punir o trabalhador. No início de março, uma equipe de Linha de Transmissão da Cemig constatou um erro gravíssimo de uma

equipe quarteirizada que, sem o controle do COD, encabeçou um ramal de 13,8 Kv na linha de transmissão de 34,5 Kv Brasília de Minas/Icarai de Minas.

Foi uma falha que “poderia causar, além da danificação da própria rede construída, um grave acidente com o trabalhador que fizesse o encabeçamento”, afirma Lúcio Parrela. Outro erro, igualmente grave, aconteceu na região de Marreca, em 24/03, quando uma equipe de plantão verificou que uma chave repetidora estava aberta sem sinalização. Depois de providenciar a sinalização, a equipe apurou que atuavam próximos ao local 10 trabalhadores terceirizados e apenas um deles era eletricitista.

“Quando solicitados a fechar o equipamento, nenhum dos trabalhadores terceirizados

soube operar a chave repetidora. É um fato gravíssimo e este não é o primeiro caso que ocorre na Cemig com empreiteiras que estão executando obras do Luz para Todos. Solicitamos providências para evitarmos a ocorrência de acidentes”, relatou a equipe de plantão, em documento escrito para a chefia.

Denúncia à DRT

“Tudo isto é inaceitável pela organização dos trabalhadores. Entendo que a gerência da empresa tem sido omissa no sentido de coibir os abusos cometidos pela Odebrecht”, anunciou Lúcio Parrela. O Sindieleto enviou denúncia ao subdelegado Regional do Trabalho de Montes Claros, Ernesto Veloso Costa, apontando que há também empreiteira quarteirizada para a instalação de padrões e rede com cerca de 20 trabalhadores, mas não fornece os contratos de trabalho, recibo de pagamento, vale transporte ou alimentação, além de pagar um salário menor que o combinado, de R\$ 312,00.

Alex Fabiano Pereira de Amorim, diretor da Regional Norte, disse que as empreiteiras realizam atividades que só podem ser feitas por equipe especializada da Cemig. “Há também episódios em que a atuação de empreiteiras resultou em invasão de propriedade particular; quebra de árvore e desmatamento”.

Resposta da Cemig

O gerente responsável pelo Programa Luz para Todos no Norte, Wantuil Dionísio, não foi encontrado para se posicionar sobre as irregularidades.

Funcionários da empresa no Programa Luz para Todos confirmaram a quarteirização e os erros gravíssimos do trabalho terceirizado na rede elétrica, informando, sem detalhes, que as providências estão sendo tomadas.

Campanha Salarial dos Terceirizados

Trabalhadores mobilizados vão para o dissídio

Foto: Benedito Maia

Diante da intransigência do Sindimig (sindicato patronal) de não negociar o acordo coletivo dos trabalhadores terceirizados da Cemig, o Sindieleto entrou com dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 3ª Região –, cumprindo decisão da categoria em assembleias realizadas em todo o estado no início do mês. A juíza Maria Laura Franco Lima de Faria deverá apreciar o dissídio nos próximos 10 dias.

Mesmo de posse da pauta de reivindicações e do estatuto do Sindieleto que consolida o direito legal de representação dos trabalhadores terceirizados, o Sindimig se negou a receber os representantes do sindicato.

Com a negativa, foi feita uma tentativa de negociação com a intervenção da DRT, no dia 05, mas nenhum representante do sindicato patronal



Assembleia dos trabalhadores terceirizados no Sindieleto

compareceu à audiência na Delegacia Regional do Trabalho.

O diretor do Sindieleto, Carlos Alberto de Almeida, destaca que, apesar da posição anti-democrática do Sindimig, os trabalhadores continuam mobilizados.

“No último dia 09 realizamos mais reuniões em todo o es-

tado, com mobilizações e informes da campanha salarial. A postura de alguns patrões tem sido a de retaliação, mas os trabalhadores não devem se intimidar. Estamos unidos e vamos denunciar à DRT qualquer irregularidade das empreiteiras”, avisa.

De acordo com Carlos Alberto, os donos de empreiteiras,

representados pelo Sindimig, “não estão acostumados a negociar, mas com o Sindieleto à frente das lutas em defesa dos terceirizados, as empreiteiras da Cemig vão ter que respeitar a organização sindical, a Constituição e a CLT”.

Para ele, o caminho é um só: muita mobilização para que a campanha seja vitoriosa. “Para os trabalhadores que ainda não participaram das reuniões de mobilizações, o momento é deles se envolverem, só assim vamos conseguir melhorar as condições de trabalho dos terceirizados, tanto em relação ao respeito profissional quanto ao cumprimento dos direitos trabalhistas básicos, sem falar no direito a treinamento e à segurança no trabalho. Não podemos continuar convivendo com empreiteiras que atrasam salários, não repassam vale-transporte e não depositam o Fundo de Garantia”, detalha.

Governo Lula reconhece juridicamente as Centrais Sindicais

Mesmo com a reforma sindical parada no Congresso Nacional, governo cria Medida Provisória que reconhece centrais sindicais e cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho

Foto: Ricardo Stuckert / PR

O governo anunciou decisões importantes para as áreas trabalhista e sindical, no último dia oito de maio. Foram enviadas ao Congresso Nacional duas Medidas Provisórias (MPs). Uma reconhece juridicamente as centrais sindicais e a outra cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT). O pacote de medidas foi apresentado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em encontro com o ministro do trabalho, Luiz Marinho, e representantes de sete centrais. Apesar de já estar programada, a ratificação da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamenta a negociação coletiva dos servidores públicos e institui o direito de greve, ainda não foi colocada na pauta do Legislativo.

As centrais sindicais passam agora a ter respaldo legal para negociar em nome dos trabalhadores. Apesar disso, estas entidades não terão direito de receber uma fatia do imposto sindical, que é partilhado entre o Ministério do Trabalho (20%), sindicatos (60%), federações (15%) e confederações (5%). Mesmo sendo agora a instância máxima de representação dos trabalhadores, as centrais ainda não contam com recursos para financiamento de ações trabalhistas na Justiça, por exemplo.



Lula com o presidente da CUT Nacional, João Felício

A idéia é que os 20% destinados ao Ministério sejam redirecionados às centrais sindicais.

“Mecanismos de financiamento das centrais apenas serão discutidos no próximo governo, dentro do contexto amplo da reforma sindical”, avalia Maria de Fátima Lage Guerra, supervisora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em Minas Gerais. Ela afirma que as medidas anunciadas, embora ainda sejam tímidas, indicam uma modernização do sistema de relações de trabalho no Brasil. Para a supervisora, a crise política que envolveu o governo neste ano freou a discussão da reforma. “Políticas mais profundas em favor do movi-

mento sindical exigem uma articulação maior da base governista, que não foi possível nos últimos tempos”, conclui.

Para o presidente da CUT Minas, Lúcio Guterres, o reconhecimento das Centrais Sindicais é mais um passo para a consolidação da democracia brasileira. “A ditadura militar prestou um desserviço ao povo brasileiro ao desmanchar qualquer organização social. Mas o movimento sindical sempre foi forte e vigoroso, e conseguiu organizar oposições e até mesmo greves. Organizamos partidos e centrais sindicais. Veio o reconhecimento dos partidos políticos, mas não das centrais. O que o governo Lula está fazendo é reparar um equívoco imenso nes-

se país. Está fazendo o que nenhum dos governos anteriores teve vontade política de fazer”, afirma Lúcio Guterres.

Ele acredita que, com a formalização jurídica, o trabalho da CUT será beneficiado. “Isso nos dá as condições para ocupar espaços importantes onde estão sendo discutidos os interesses dos trabalhadores e da sociedade brasileira. Na luz da legalidade, nossa tarefa fica mais fácil”, avalia.

CNRT

Segundo recomendação da OIT, o pacote implementado por Lula também prevê a criação do CNRT, que irá reunir representantes de trabalhadores, empresariado e governo. O objetivo do conselho é atuar de forma tripartite nas questões referentes às relações de trabalho, abrindo espaços de diálogo nas discussões do Ministério do Trabalho. Além disso, o órgão também funcionará como mediador dos conflitos entre os sindicatos e também irá influenciar na criação de políticas públicas. Os membros do conselho serão indicados pelas confederações patronais, centrais sindicais e pelo próprio Ministério. “Com a criação do CNRT, as questões da área sindical serão amplamente debatidas e só serão encaminhadas quando houver consenso”, ana-

Conheça as novas regras

Atualmente, 17 entidades reivindicam a denominação de central sindical. De acordo com a nova Medida Provisória, estas organizações terão que cumprir os seguintes requisitos:

- Filiação de, no mínimo, 100 sindicatos nas cinco regiões do país;
- Em cada região brasileira, a instituição deve representar pelo menos 20 sindicatos;
- Participação em, no mínimo, cinco setores da economia;
- Dentro de sua estrutura organizacional, deve haver pelo menos 10% do total de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional.

lisa Wagner Gomes, vice-presidente da CUT.

Cooperativas

Na tentativa de impedir que instituições se utilizem de cooperativas de fachada para burlar a legislação, Lula enviou ao Congresso um projeto de lei que regulamenta o funcionamento destas instituições, além de criar um programa de financiamento, o Pronacoop. O texto foi elaborado em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, da Fazenda, Casa Civil e integrantes do movimento de economia solidária.

